

CAPACIDADES ESTATAIS E EQUIDADE EM SAÚDE: DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO OESTE POTIGUAR

Diana Cosme Ferreira¹Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros².

¹Graduanda em Ciências Sociais Bacharelado, Departamento de Ciências Sociais e Política, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró/RN, Brasil;

²Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e Política, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró/RN, Brasil.

dianaferreira@alu.uern.br

A equidade e os determinantes sociais em saúde envolvem compreender que as condições de vida, o acesso aos serviços públicos e as desigualdades sociais influenciam diretamente a saúde da população. Entre as mulheres, fatores como violência, desigualdade de gênero, renda, território e acesso limitado às políticas públicas podem ampliar situações de vulnerabilidade e dificultar a garantia de direitos. No Brasil, após a descentralização das políticas públicas, os municípios passaram a assumir maior responsabilidade na implementação dessas ações. Entretanto, muitos ainda enfrentam limitações administrativas, institucionais e financeiras para desenvolver políticas voltadas às mulheres. Nesse cenário, torna-se relevante analisar como os municípios do Oeste Potiguar estruturam suas capacidades estatais para responder às demandas dessa população. Analisar as condições institucionais e administrativas dos municípios do Oeste Potiguar para a implementação de políticas públicas voltadas às mulheres, relacionando essas estruturas com a promoção da equidade e com os determinantes sociais em saúde. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e descritiva, baseada na análise de dados secundários da Pesquisa de Informações Básicas Municipais e de informações institucionais referentes aos municípios do Oeste Potiguar. Foram observados aspectos relacionados à existência de organismos executivos, estrutura administrativa, conselhos municipais, programas, ações e serviços destinados às mulheres. Os dados revelam um cenário de fragilidade institucional nos municípios analisados. A maioria não possui organismos executivos específicos, secretarias exclusivas ou planos municipais voltados às políticas para mulheres. Apenas parte dos municípios informou possuir conselho municipal, sendo reduzido o número daqueles com funcionamento ativo e regular. Também foram identificadas limitações quanto à infraestrutura, capacitação dos conselheiros e disponibilidade de recursos para atuação. Os serviços especializados ainda são escassos, assim como centros de atendimento e casas-abrigo, demonstrando dificuldades para consolidar uma rede de proteção adequada. As ações existentes concentram-se principalmente nas áreas de assistência social e saúde, enquanto outros campos apresentam baixa presença institucional ou ausência de iniciativas estruturadas. Os resultados indicam que as limitações das capacidades estatais municipais dificultam a implementação de políticas públicas para mulheres e comprometem a promoção da equidade em saúde no Oeste Potiguar. A ausência de planejamento, de estruturas administrativas consolidadas e de serviços especializados contribui para a permanência de desigualdades e limita o acesso das mulheres à proteção e ao cuidado. Assim, o fortalecimento da gestão municipal e da estrutura institucional





torna-se fundamental para ampliar direitos e enfrentar os determinantes sociais que impactam a saúde e a qualidade de vida das mulheres.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Mulheres; Equidade; Vulnerabilidade; Direitos.

Área Temática: Equidade e determinantes sociais em saúde.

